CONTRATO Nº 40/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5900/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 - RETIFICADO

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM

CONTRATADA: CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA

Pelo presente instrumento de contrato de Prestação de Serviços, de um lado, o **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM,** Autarquia Municipal, devidamente inscrita no CNPJ. sob n° 59.045.351/0001-61, com sede Praça da Liberdade, nº 10 - Jardim Sinobe – Francisco Morato/SP, neste ato representada pelo Senhor Superintendente da Autarquia, Senhor **THIAGO CAMPOS AMADO**, Brasileiro, solteiro, funcionário público, portador da célula de identidade [redacted] e [redacted] com endereço profissional acima indicado, de ora em diante denominado simplesmente **SAME/FM** e, de outro lado, a Empresa **CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob Nº 04.539.279/0001-37, com endereço na Alameda Caiapós, 84, Tamboré, São Paulo/SP, CEP 06460-110, neste ato representada pelo Sr. **ALISSON EDUARDO MARASSI,** Brasileiro, Solteiro, Superintendente, portador da Cédula de Identidade RG Nº 59.721.747, e inscrito no CPF sob o Nº 004.464.099-44, e o Sr. **THIAGO NASCIMENTOS**, brasileiro, Gerente de Operações, portador da Cédula de Identidade [redacted] inscrito no [redacted] de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e livremente convencionado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de exames de análises clínicas, histológicas, citológicas e de anatomia patológica, de baixa, média e alta complexidade, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato - SAME/FM, conforme especificações do Termo de Referência e Apenso I, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO CONTRATO

2.1. O contrato terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, que é o prazo mínimo da garantia do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO LICITADO

3.1. A contratada deverá realizar todos os exames solicitados pelos profissionais da Superintendência do Serviço de Saúde de Francisco Morato – SAME/FM, respeitando a quantidade estimada e as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

3.2. Os exames que não se enquadrem na condição de urgência poderão ser encaminhados ao laboratório da contratada, inclusive se localizado fora do Município de Francisco Morato, desde que garantida a emissão dos laudos nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

3.3. A contratada executará os exames somente quando acompanhados de requisição devidamente assinada e identificada por profissional de saúde credenciado pertencente à autarquia.

3.4. A contratada deverá implantar e manter, às suas expensas, local de atendimento e coleta de exames na região central de Francisco Morato, com infraestrutura mínima composta por:

a) Profissionais capacitados e credenciados para execução dos serviços sendo estes: Médicos, Biomédicos, Enfermeiros e/ou Técnicos de enfermagem;

b) Infraestrutura qualificada com equipamentos tecnológicos, para processamentos dos exames, execução os serviços requisitados;

c) Equipamentos e sistemas de informática compatíveis (hardware e software);

d) Emissão de relatórios de produção e mapas/indicadores epidemiológicos de interesse do Município.

3.5. A contratada deverá implantar e manter, às suas expensas, local de atendimento e coleta de exames nas dependências da UPA 24 horas de Francisco Morato, garantindo:

a) Funcionamento ininterrupto (24h/dia, 7dias/semana);

b) Coleta e processamento de exames urgentes;

c) Entrega de laudos em até 2 (duas) horas;

d) Disponibilização de infraestrutura tecnológica e de pessoal qualificado;

e) Emissão eletrônica e impressa de laudos, relatórios de produção e indicadores epidemiológicos.

3.6. A contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, profissionais capacitados e em número suficiente para a realização de coletas laboratoriais nas Unidades de Saúde da Família (USFs), conforme cronograma de dias e horários definido no APENSO I do Termo de Referência.

3.7. A contratada deverá entregar uma via do resultado do exame, devidamente liberado e assinado pelo profissional responsável (assinatura eletrônica), para os responsáveis da Contratante, em cada unidade responsável pelo paciente

3.8. A contratada deverá Implantar e manter unidade de atendimento e coleta na região central do Município de Francisco Morato, devidamente estruturada, equipada e com equipe qualificada, assegurando horários regulares de coleta, emissão de laudos físicos e/ou eletrônicos, mapas de produção e gráficos de interesse epidemiológico.

3.8.1. A unidade deverá estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser admitida prorrogação mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

3.9. A contratada deverá Implantar e manter posto de coleta na UPA 24h do Município, em espaço designado pela Administração, disponibilizando equipamentos, insumos, recursos de informática, softwares compatíveis e integráveis ao sistema da CONTRATANTE e equipe qualificada, assegurando a liberação dos resultados de urgência em até 02 (duas) horas.

3.9.1. Para implantação na UPA 24h deverá estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser admitida prorrogação mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente a fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados, acompanhada das respectivas requisições e laudos, para análise, conferência e aprovação da Unidade de Avaliação e Controle – UAC, observadas as normas e critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

4.1.1. Após a aprovação da fatura pela UAC, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal Eletrônica, em conformidade com as disposições legais vigentes.

4.2. O valor a ser faturado corresponderá, obrigatoriamente, ao maior desconto aplicado sobre as tabelas referenciais admitidas no Termo de Referência, notadamente SIA/SUS, AMB 96, AMB 99 ou CBHPM, no percentual da proposta vencida no percentual de 0,1%, conforme as regras específicas de faturamento previamente estabelecidas.

4.3. A CONTRATADA deverá assegurar a clareza, integridade, consistência e rastreabilidade de todos os documentos apresentados, sendo passíveis de glosa total ou parcial as faturas que apresentem inconsistências, ausência de informações, divergências de valores ou desconformidade com os critérios contratuais.

4.4. O gestor do contrato realizará o ateste da Nota Fiscal Eletrônica, declarando, para fins de liquidação da despesa, que os serviços foram executados em conformidade com o Termo de Referência, ressalvadas eventuais glosas ou apontamentos formalmente registrados.

4.5. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser emitida com a discriminação dos serviços por programa, ação e fonte de recurso, quando houver mais de um envolvido no financiamento, de modo a permitir a correta apropriação contábil e o controle orçamentário pela administração.

4.6. A CONTRATADA deverá protocolar a nota fiscal na Superintendência do SAME/FM em até 45 (quarenta e cinco) dias após o período de execução de 30 (trinta) dias, considerando o prazo necessário para análise do faturamento.

4.7. Constatada qualquer irregularidade formal, documental ou material na Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para apresentação de carta de correção, quando cabível, ou para a devida regularização, a qual deverá ser encaminhada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo prazo diverso justificado e aceito pela Administração.

4.8. A não apresentação da carta de correção ou da regularização no prazo estabelecido suspenderá o prazo de pagamento, que será reiniciado a partir da data da efetiva regularização e reapresentação da

documentação válida.

4.9. Quando houver glosa parcial, poderá ser realizado o pagamento do valor incontroverso, permanecendo suspenso o pagamento da parcela glosada até a sua regularização, nos termos do item de faturamento e glosa deste Termo de Referência.

4.10. Os dados bancários da CONTRATADA (Banco, Agência e Conta Corrente) deverão constar obrigatoriamente na Nota Fiscal/Fatura, sendo o pagamento realizado exclusivamente por meio de transferência bancária para conta de titularidade da CONTRATADA.

4.11. Após o ateste do gestor, os autos serão encaminhados à Coordenadoria de Finanças do SAME/FM para processamento do pagamento.

4.12. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da aprovação da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada, desde que não haja pendências, irregularidades ou glosas que impeçam a liquidação da despesa.

Parágrafo Único: Em razão do encerramento do exercício financeiro e da abertura do novo orçamento municipal, os pagamentos cujo prazo normal de 30 (trinta) dias recair no mês de janeiro poderão ser efetuados até o último dia do referido mês, sem que isso caracterize atraso ou mora por parte da CONTRATANTE, desde que respeitado o fluxo de regularização documental previsto neste Termo.

4.13. *DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DOS ENCARGOS MORATÓRIOS*

4.13.1. Na hipótese de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o atraso, o valor devido será atualizado monetariamente, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

4.13.2. A atualização monetária será calculada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, considerando o período compreendido entre a data final do prazo de pagamento e a data do efetivo pagamento.

4.13.3. Sobre o valor atualizado incidirão juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos da legislação civil aplicável e da jurisprudência dos órgãos de controle.

4.13.4. Para fins de incidência de atualização monetária e juros de mora, considera-se como data inicial o primeiro dia subsequente ao término do prazo de pagamento previsto no item 4.13, desde que a Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada e não haja qualquer pendência administrativa, documental ou fiscal imputável à CONTRATADA.

4.13.5. Não serão devidos atualização monetária ou encargos moratórios nos casos em que o atraso decorrer:

I. Inconsistências ou irregularidades na documentação apresentada pela CONTRATADA;

II. Ausência de regularidade fiscal ou trabalhista exigida para pagamento;

III. Ocorrência de glosas, totais ou parciais, ainda não sanadas;

IV. Descumprimento de obrigações contratuais que impeçam a liquidação da despesa.

4.13.6. A contagem do prazo para fins de atualização monetária e juros de mora será suspensa nas hipóteses previstas no item 4.13, reiniciando-se a partir da data da efetiva regularização das pendências e reapresentação da documentação válida.

4.13.7. Os encargos previstos neste item possuem natureza indenizatória e não configuram penalidade à Administração, destinando-se exclusivamente à recomposição do valor da moeda e à compensação pelo atraso no pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA E DO ORÇAMENTO

5.1. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão no valor de **R$ 3.461.807,27 (três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e sete reais e vinte e sete centavos)** os recursos orçamentários e financeiros reservados através da dotação orçamentária:

03.00.00	SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato
03.01.00	SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato
03.01.01	SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato
10.301.3002.2303	Aquisições e contratações para manutenção de atividades e serviços
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
10.302.3003.2303	Aquisições e contratações para manutenção de atividades e serviços
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
10.305.3005.2303	Aquisições e contratações para manutenção de atividades e serviços
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

"Destinação de Recurso"

01.310.0000 – Recurso Municipal

CLÁUSULA SEXTA – DA NOTA DE EMPENHO

6.1. As Notas de Empenho quando de sua expedição, deverão ser retiradas na Coordenadoria de Finanças do SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Constituem obrigações das partes:

7.1.1. DA CONTRATANTE:

I) Disponibilizar o acesso da CONTRATADA às unidades de saúde do Município, conforme cronograma previamente definido, assegurando condições mínimas para a realização das atividades de coleta de material biológico, respeitadas as normas sanitárias, de segurança e de funcionamento de cada unidade e condições deste termo de referência.

II) Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações, diretrizes, protocolos assistenciais e fluxos operacionais necessários à correta execução dos serviços laboratoriais, inclusive quanto à organização da rede municipal de saúde e às demandas das unidades assistidas;

III) Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços, bem como atestar as faturas e relatórios de produção apresentados pela CONTRATADA;

IV) Supervisionar e acompanhar a implantação e o funcionamento dos pontos de atendimento laboratoriais previstos neste Termo de Referência, inclusive na região central do município e na UPA 24h, zelando pela compatibilidade com a política municipal de saúde e com as normas do SUS.

V) Avaliar, aprovar e supervisionar eventuais parcerias ou subcontratações propostas pela CONTRATADA, quando admitidas, assegurando que tais arranjos não comprometam a qualidade, a rastreabilidade, a continuidade e a regularidade dos serviços prestados.

VI) Realizar o controle, a conferência e a validação da produção mensal de exames, com base nos relatórios técnicos, mapas de produção, sistemas informatizados e demais instrumentos de acompanhamento previstos neste Termo de Referência.

VII) Avaliar periodicamente a qualidade, a eficiência e os resultados dos serviços prestados, podendo solicitar ajustes operacionais, melhorias de processos ou adequações técnicas, desde que compatíveis com o objeto contratado e devidamente formalizadas.

VIII) Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades, falhas ou não conformidades identificadas na execução dos serviços, fixando prazos para correção.

IX) Expedir autorização de serviços com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis da data de início da sua execução;

X) Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com os valores efetivamente executados e validados, observando o menor valor entre as tabelas referenciais SIA/SUS, AMB 96, AMB 99 e CBHPM, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

7.1.2 DA CONTRATADA:

I) Executar os serviços de gestão operacional, logística, coleta, processamento, análise e distribuição dos exames laboratoriais objeto da contratação, admitindo-se a subcontratação parcial de serviços específicos, desde que previamente autorizada pela Superintendência do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato – SAME/FM, permanecendo a contratada integral e exclusivamente responsável pela qualidade, rastreabilidade, confidencialidade, regularidade técnica e legal de todos os procedimentos realizados, inclusive aqueles executados por empresas parceiras.

II) Realizar a retirada, o acondicionamento, o transporte e o manuseio dos materiais biológicos em estrita conformidade com as Boas Práticas de Funcionamento do Serviço de Saúde, observando rigorosamente as normas técnicas, sanitárias e de biossegurança vigentes. Esta execução deve pautar-se, obrigatoriamente, pelo cumprimento conjunto da RDC Anvisa nº 504/2021 e da RDC Anvisa nº 786/2023, além de demais normas regulamentares aplicáveis.

III) INDICAÇÃO DE PREPOSTOS

A) A Contratada designará formalmente o seu preposto antes do início da prestação dos serviços, sendo **concedido um prazo de até 5 (cinco) dias corridos, prorrogável por igual período mediante solicitação formal do interessado.**

B) O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

IV) A adoção integrada dessas normas assegura que todas as etapas, desde a fase pré-analítica (coleta e logística), passando pela analítica até a pós-analítica - sejam executadas de maneira padronizada, segura e rastreável. Essa integração é fundamental para mitigar riscos de contaminação e erros diagnósticos, garantindo a integridade biológica das amostras, a proteção dos profissionais, a segurança dos usuários do SUS e a preservação do meio ambiente, conforme os novos padrões de excelência e controle sanitário.

V) Executar todos os exames devidamente requisitados por profissionais legalmente habilitados e credenciados pela Superintendência do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato - SAME/FM, mediante requisição assinada e carimbada, observadas as quantidades estimadas, especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Único: As requisições de exames deverão ser emitidas exclusivamente por médicos, nutricionistas ou enfermeiros, observando-se, quanto à equipe de enfermagem, o rol restrito de exames previamente autorizado pela CONTRATANTE.

VI) Encaminhar os exames não caracterizados como urgência/emergência para processamento em unidade própria ou credenciada da CONTRATADA, ainda que situada fora do Município de Francisco Morato, desde que sejam integralmente respeitados os prazos máximos, padrões de qualidade, segurança e rastreabilidade definidos neste Termo de Referência.

VII) Processar os exames de análises clínicas, citologia, histologia e anatomia patológica dentro dos seguintes prazos, contados a partir da data e horário da disponibilização das amostras, ressalvados os exames que, por sua natureza técnica, demandem maior tempo de processamento, devidamente justificado:

a) Análises clínicas ambulatoriais: até 07 (sete) dias úteis;

b) Análises clínicas de urgência/emergência: até 02 (duas) horas;

c) Citologia: até 07 (sete) dias úteis;

d) Anatomia patológica: até 15 (quinze) dias úteis;

e) Exames de alta complexidade técnica: até 60 (sessenta) dias.

VI) Manter sob sua guarda, em condições adequadas de segurança, integridade, controle de acesso e confidencialidade, os seguintes materiais e documentos, pelo período mínimo:

a) Peças anatômicas fixadas: 03 (três) meses;

b) Lâminas citológicas e histopatológicas: 05 (cinco) anos;

c) Blocos de parafina: 05 (cinco) anos;

d) Anatomia patológica: até 15 (quinze) dias úteis;

VIII) Fornecer, às suas expensas, todo o material necessário à coleta e processamento dos exames, incluindo kits de coleta, insumos, EPIs, tubos, lâminas e demais materiais correlatos, em conformidade com as normas da ANVISA, ABNT e regulamentos técnicos aplicáveis, assegurando a identificação individualizada por meio de etiquetas com código de barras, contendo dados do paciente e da unidade solicitante, garantindo plena rastreabilidade.

IX) Disponibilizar equipe de coleta composta por profissionais legalmente habilitados, registrados em seus respectivos Conselhos de Classe, capacitados e aptos à execução das atividades, podendo integrar a equipe médicos, biomédicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, conforme cronograma definido no Apenso I do Termo de Referência, assegurando cobertura adequada de todas as unidades de saúde do Município.

X) Promover capacitação periódica da equipe técnica envolvida na execução do contrato, ministrada por profissionais qualificados, mantendo registros documentais atualizados e disponíveis para fins de fiscalização pela CONTRATANTE.

XI) Instalações de Coleta e Atendimento:

a) Implantar e manter unidade de atendimento e coleta na região central do Município de Francisco Morato, devidamente estruturada, equipada e com equipe qualificada, assegurando horários regulares de coleta, emissão de laudos físicos e/ou eletrônicos, mapas de produção e gráficos de interesse epidemiológico.

Parágrafo Único: A unidade deverá estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser admitida prorrogação mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

b) Implantar e manter posto de coleta na UPA 24h do Município, em espaço designado pela Administração, disponibilizando equipamentos, insumos, recursos de informática, softwares compatíveis e integráveis ao sistema da CONTRATANTE e equipe qualificada, assegurando a liberação dos resultados de urgência em até 02 (duas) horas.

Parágrafo Único: Para implantação na UPA 24h deverá estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser admitida prorrogação mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

c) Disponibilizar profissionais em número suficiente para a realização de coletas laboratoriais nas Unidades de Saúde da Família - USFs, conforme dias e horários definidos no Apenso I do termo de referência, sendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução das atividades.

d) Disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, mobiliários, equipamentos e adequações necessárias à execução dos serviços contratados, nos espaços disponibilizados pela Administração.

e) Executar e distribuir exames de baixa, média e alta complexidade, com fluxos operacionais formalizados, documentados e auditáveis, assegurando qualidade, rastreabilidade e cumprimento de

prazos.

f) Implementar processos de trabalho estruturados, com definição de indicadores de desempenho e metas mensuráveis, visando à integralidade da atenção, territorialidade e melhoria contínua dos serviços.

XII) Gestão Operacional e Integração de Sistemas:

a) Disponibilizar os resultados dos exames devidamente assinados eletronicamente pelo responsável técnico às unidades solicitantes;

b) Encaminhar mensalmente à Superintendência do SAME/FM uma via das requisições correspondentes aos exames efetuados;

c) Garantir integração com o sistema de gestão da CONTRATANTE e permitir acesso supervisionado ao sistema laboratorial da CONTRATADA;

d) Manter fluxos operacionais documentados e indicadores de desempenho atualizados.

XIII) Recursos Humanos e Responsabilidade Técnica:

a) Manter equipe técnica compatível com a demanda, devidamente uniformizada, capacitada e equipada com EPIs, cuja responsabilidade de fornecimento, reposição e manutenção é exclusiva da CONTRATADA;

b) Assumir integral responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da contratação de sua equipe vedada a contratação de cooperativas para execução direta dos serviços;

c) Manter médico responsável técnico pelos serviços específicos de anatomia patológica, com especialização em Patologia e registro no CRM. Para os demais casos, será aceito responsável técnico farmacêutico, médico ou biomédico, desde que devidamente registrados em seus respectivos conselhos profissionais;

d) Garantir capacitação contínua da equipe, com registros disponíveis para fiscalização.

XIV) Realizar coletas laboratoriais nas Unidades de Saúde da Família e na UPA 24h, nos dias e horários definidos no Apenso I do Termo de Referência.

XV) Do faturamento e dos critérios de remuneração:

a) A CONTRATADA deverá emitir faturas exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, autorizados e devidamente validados pela CONTRATANTE, observadas as quantidades, prazos, especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

b) Quando um mesmo exame constar simultaneamente nas tabelas de referência admitidas neste Termo de Referência, o faturamento deverá ser realizado prioritariamente com base na tabela de menor valor.

c) Para fins de conferência, controle, auditoria e liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à Superintendência do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato - SAME/FM, em meio físico e/ou eletrônico, as requisições médicas que originaram os exames faturados, acompanhadas dos respectivos laudos, relatórios de produção e demais documentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE.

d) A CONTRATANTE procederá à análise técnica e administrativa das faturas apresentadas, podendo realizar glosa total ou parcial dos valores faturados sempre que constatadas, entre outras, as seguintes situações:

I) Exames não requisitados, não autorizados ou não executados;

II) Divergência entre os exames faturados e os efetivamente realizados;

III) Inobservância das tabelas de referência ou dos valores contratados

IV) Descumprimento de prazos, especificações técnicas ou requisitos de qualidade;

V) Ausência, inconsistência ou irregularidade na documentação comprobatória;

VI) Realização de serviços em desacordo com as condições previstas neste Termo de Referência.

e) A glosa será formalmente comunicada à CONTRATADA, com a devida indicação dos itens glosados e da respectiva fundamentação técnica ou administrativa.

f) A reapresentação da fatura não implicará reconhecimento automático do direito ao pagamento, ficando a liberação dos valores condicionada à nova análise e validação pela CONTRATANTE.

g) Persistindo as inconsistências após a reapresentação, a CONTRATANTE poderá manter a glosa, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Parágrafo Único. O mecanismo de glosa e reapresentação de faturas ora instituído assegura a economicidade, a transparência, o controle administrativo e a adequada aplicação dos recursos públicos, prevenindo pagamentos indevidos e garantindo a correta execução financeira do contrato.

XVI) A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, conforme determina o art. 92, XVI da Lei Federal 14.133/2021.

XVII) A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo estabelecido pela Administração e previamente ao início da implantação e da execução dos serviços, todos os documentos necessários à regularização e ao funcionamento do estabelecimento para a prestação do objeto contratado, devidamente válidos e vigentes:

a) Licença da Vigilância Sanitária Municipal expedida pelo órgão competente do Município de Francisco Morato;

b) Comprovante de cadastro ativo no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

c) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB) válido.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

8.1. O CONTRATO poderá ser extinguir, de pleno direito:

8.2. Pelo Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME quando:

a) A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes do Contrato;

b) A CONTRATADA não retirar a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido, se o Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME não aceitar sua justificativa;

c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do pedido, decorrente do Contrato;

d) Os preços apresentados forem superiores aos praticados nas tabelas SIA/SUS, CBHM, AMB96 E AMB 99, e a CONTRATADA não aceitar a sua redução;

e) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Autarquia;

8.2.1. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o referido contrato.

8.3. Pela CONTRATADA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do contrato.

8.3.1. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do contrato deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA NONA – DAS REGRAS APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Considerando o Tratamento de Dados Pessoais que é realizado pelas Partes, seus funcionários, representantes, contratados ou outros, as Partes devem garantir que qualquer pessoa envolvida no Tratamento de Dados Pessoais em seu nome, em razão deste instrumento, cumprirá esta cláusula, sendo que as partes atuarão conjuntamente nas operações que tratarem Dados Pessoais:

CONTRATADA: **CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA**
Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: ALISSON EDUARDO MARASSI e THIAGO NASCIMENTO
E-mail: licitacao@dasa.com.br/ alissonrassi@dasa.com.br / thiago.nascimento@dasa.com.br

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: MARA CRISTINA DAL SASSO LOURENÇO
E-mail: mara.lourenco@saude.franciscomorato.sp.gov.br

9.2. As Partes tratarão os dados pessoais para a finalidade e as obrigações contratuais descritas neste instrumento ou outras definidas por meio de aditivos contratuais. Igualmente, as Partes não coletarão, usarão, acessarão, manterão, modificarão, divulgarão, transferirão ou, de outra forma, tratarão dados pessoais, de maneira que viole a finalidade, dando ciência à outra parte sobre qualquer incidente. As Partes tratarão os Dados Pessoais em observância a todas as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis.

9.3. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente instrumento, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob prejuízo da Parte infratora responder pelas perdas e danos devidamente apuradas.

9.4. As Partes reconhecem que os Dados Pessoais Sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, quando houver operações de Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, deve ser garantido que as proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas, como por exemplo, a criptografia. As Partes concordam em realizar o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis apenas quando estritamente necessário para cumprir com as disposições contratuais.

9.5. As Partes assegurarão que os Dados Pessoais não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento expresso do detentor dos dados ou quando não haja base legal. Caso seja ajustada entre as Partes estas operações de tratamento, elas devem garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste instrumento. As Partes serão responsáveis por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais, como se as tivessem realizado.

9.6. As Partes concordam e declaram possuir medidas implementadas para proteger as informações pessoais tratadas, possuir uma política de segurança da informação instituída, a qual deverá determinar medidas técnicas e administrativas capazes de garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas.

9.7. As Partes concordam que qualquer auditor ou empresa de segurança terceirizada que celebre um contrato com uma das Partes deverá:

I. usar as informações confidenciais da outra Parte somente para fins de inspeção ou auditoria;

II. manter as informações confidenciais da outra Parte (incluindo quaisquer informações relativas a seus outros clientes) confidenciais; e

III. Tratar os Dados Pessoais em observância às regras aqui estabelecidas.

9.8. Quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, as Partes deverão devolver os dados pessoais compartilhados em razão das finalidades previamente pactuadas e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos, desde que inexista base legal para tratamento desses dados. Não obstante, em caso de solicitação expressa e justificada, por escrito, de uma das Partes, deverá a outra Parte manter em arquivo os dados pessoais compartilhados para cumprimento da finalidade determinada pelo presente instrumento, pelo tempo determinado na solicitação.

9.9. Não obstante qualquer disposição em contrário, as obrigações definidas neste Contrato, perdurarão enquanto as Partes continuarem a ter acesso, estiverem na posse, adquirirem ou realizarem qualquer operação de Tratamento aos Dados Pessoais obtidos em razão da presente relação contratual, mesmo que o presente instrumento tenha expirado ou sido rescindido.

9.10. Caso os prazos omissos na legislação venham a ser regulamentados, as partes permanecerão a cumprir os prazos aqui previstos, desde que não sejam contrários ao previsto na legislação – se assim for, estes prevalecerão em detrimento dos prazos aqui acordados, em tempo hábil e sem demora injustificada, sem que haja prejuízo a qualquer uma das partes no atendimento das requisições realizadas pelos titulares de dados, ou, ainda, em situações que envolvam incidentes de segurança.

CLÁUSULA DECIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1. O licitante contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo 1º. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo 2º. A sanção prevista no inciso I da subcláusula 10.2. será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I da subcláusula 10.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo 3º. A sanção prevista no inciso II da subcláusula 10.2., calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na subcláusula 10.1..

Parágrafo 4º. A sanção prevista no inciso III da subcláusula 10.2. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 10.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo 5º. A sanção prevista no inciso IV da subcláusula 10.2. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da subcláusula 10.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 10.1. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Parágrafo 4º desta subcláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo 6º. A sanção estabelecida no inciso IV da subcláusula 10.2., será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou

fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

Parágrafo 7º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da subcláusula 10.2., poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II da subcláusula 10.2..

Parágrafo 8º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada se houver ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo 9º. A aplicação das sanções previstas na subcláusula 10.2., não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

II. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

III. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

IV. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme descrito na subcláusula 10.4.;

V. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, com o consequente descredenciamento, pelo prazo de 03 (três) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, conforme descrito na subcláusula 10.5.;

VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida até a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. A multa de que trata o inciso II da subcláusula 10.2., será aplicada da seguinte forma:

I. nos casos de atraso na entrega do objeto ou na entrega meramente parcial, que se prolongue até o 10º (décimo) dia, contado daquele imediatamente posterior à assinatura do Contrato, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculado sobre o valor do Contrato;

II. nos casos de atraso na entrega do objeto ou entrega meramente parcial, que se prolongue do 11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia, contado daquele imediatamente posterior à assinatura do Contrato, será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculado sobre o valor do Contrato;

III. à licitante que pretendendo se valer do tratamento dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, não apresentar, quando da assinatura do Contrato, os documentos eventualmente necessários à complementação da habilitação jurídica, será também aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta que tiver inicialmente apresentado no certame;

IV. nos casos de inexecução total da obrigação, que se configura com a recusa injustificada em assinar o Contrato no prazo estipulado bem como com a mora na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do dia imediatamente posterior à assinatura do Contrato, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato;

10.4.1. Para a aplicação da multa de mora tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor do Contrato acionará, por meio de memorando, o departamento financeiro deste Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME, para que proceda ao desconto por ocasião do pagamento das notas fiscais/faturas, ainda que inexista relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador de multa.

10.5. Ficará **impedida de contratar** com o Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME e será descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, **pelo prazo de 03 (três) anos**, conforme previsto no inciso III da subcláusula 10.2., sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que, sagrada vencedora:

I. Recusar-se a assinar do Contrato;

II. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

III. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

IV. Não mantiver a proposta de preço.

10.6. Será **Declarada inidônea** e descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, **pelo prazo de 06 (seis) anos conforme previsto no inciso VI da subcláusula 10.2.**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que:

I. Falhar ou fraudar na execução do objeto;

II. Comportar-se de modo inidôneo;

III. Fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

10.7. A licitante e a adjudicatária somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

I. Comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenha tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

II. Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

10.8. As multas e demais penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente.

10.9. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Superintendente do SAME/FM e protocolizados em dias úteis, das 9h00min às 16h00min, na Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar – Jd. Sinobe – Francisco Morato (SP) – CEP: 07908-165.

10.10. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

10.11. Após o vencimento do prazo recursal, os valores referentes às penalidades pecuniárias serão cobrados nos moldes do subitem 10.4.1., não havendo pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Modelo de Gestão, acompanhamento e Fiscalização do Contrato (Art. 6º, XXIII, "f", Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 75-G/2025).

11.2. Disposições Gerais: O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por servidores da CONTRATANTE, formalmente designados como Gestor e Fiscal do Contrato, em conformidade com as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 75-G/2025 e no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A atuação do Gestor e do Fiscal deverá ser pautada pelo zelo ao interesse público, pela busca da solução tempestiva de problemas e pelo registro formal de todas as ocorrências (positivas ou negativas) para subsidiar a tomada de decisões.

11.4. Conforme o Art. 32 do Decreto Municipal nº 75-G/2025, o acompanhamento e a fiscalização exercidos pela CONTRATANTE não excluem nem reduzem a responsabilidade integral da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

11.5. Compete ao **GESTOR DO CONTRATO** (Foco Administrativo e Financeiro)

11.5.1. Ao Gestor compete a coordenação e o controle da execução contratual em sua dimensão administrativa, financeira e documental, em alinhamento com as regras estabelecidas no Decreto nº 75-G/2025, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

a) Promover a reunião de implantação do Contrato, alinhando rotinas, prazos e padrões de qualidade com a CONTRATADA.

b) Controlar os prazos de vigência, prorrogação, reajuste e de garantia dos serviços.

c) Receber, analisar e controlar a documentação de habilitação da CONTRATADA (incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária) para fins de autorização de pagamento.

d) Recepcionar os relatórios de medição e de execução dos serviços atestados pelo Fiscal.

e) Atestar o Recebimento Definitivo do objeto do contrato, no prazo de até 3 dias úteis, após a verificação final, nos termos do Art. 31 do Decreto Municipal nº 75-G/2025 e do Art. 140 da Lei nº

14.133/2021.

f) Encaminhar à autoridade superior os pedidos de alteração, prorrogação ou reequilíbrio econômico-financeiro.

g) Formalizar a aplicação de sanções administrativas, mediante indicação do Fiscal e após o devido processo legal.

h) Decidir sobre solicitações do contratado, conforme Parágrafo único do Art. 30 do Decreto 75-G/2025, nos limites de sua competência.

11.6. Compete ao **FISCAL DO CONTRATO** (Foco Técnico e Operacional)

11.6.1. Ao Fiscal compete o acompanhamento da execução dos serviços no local da prestação, verificando a conformidade técnica, operacional e de qualidade, conforme as diretrizes do Decreto nº 75-G/2025, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

a) Acompanhar e controlar a execução dos serviços e das instalações, garantindo a conformidade com as especificações do Termo de Referência, normas técnicas e cronogramas.

b) Verificar o uso de materiais e peças, garantindo que sejam de primeira linha e estejam em conformidade com as especificações contratuais.

c) Registrar e comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer irregularidades, falhas, riscos ou descumprimentos observados, solicitando as correções imediatas.

d) Rejeitar os serviços ou produtos que estejam em desacordo com as especificações contratuais e notificar o Gestor para as devidas providências.

e) Acompanhar e validar as medições mensais, relatórios técnicos e Ordens de Serviço, atestando a execução do serviço.

f) Emitir o Atestado de Recebimento Provisório do objeto do contrato, no prazo de até 3 dias úteis, após a primeira verificação, nos termos do Art. 31 do Decreto Municipal nº 75-G/2025 e do Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, encaminhando-o ao Gestor para o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CRITÉRIO E PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO

12.1. A medição dos serviços prestados será realizada mensalmente, considerando o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

12.2. Para fins de medição, a CONTRATADA deverá encaminhar à Superintendência do SAME/FM, até 45 (quarenta e cinco) dias após o período de execução 30 (trinta) dias, as requisições devidamente organizadas e separadas por blocos, assim definidos:

I. BLOCO (I): exames realizados na rede ambulatorial, compreendendo a Atenção Básica e o Ambulatório Especializado;

II. BLOCO (II): exames realizados na rede de urgência e emergência, no âmbito da UPA 24 horas.

12.3. As requisições deverão conter, de forma clara e detalhada, os exames realizados, seus respectivos quantitativos e valores, em conformidade com os preços contratados.

12.4. A medição ficará condicionada à conferência e validação das informações pela Superintendência do SAME/FM, podendo ser desconsiderados os itens apresentados em desacordo com as disposições contratuais.

12.5. Somente após a validação da medição será autorizada a emissão da nota fiscal para fins de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

13.1 – Será admitido o reajuste do preço do serviço objeto deste contrato, com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante atualização das tabelas de referências SIA/SUS, CBHPM, AMB 96 ou AMB 99, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

§ 1° Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste em até 30 (trinta) dias anteriores à data do vencimento do contrato, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

§ 2º A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

13.2 – A apreciação de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pelo Contratante, sob amparo do que prescreve o Art. 124, II, "d" da Lei Federal nº 14.133/2021, dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da Internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado.

13.2.1 – A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pelo Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data de assinatura do Termo Aditivo;

13.2.2 – Os pedidos de Reajuste e Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato deverão ser protocolados na Secretaria do SAME – Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar, Jardim Sinobe – Francisco Morato/SP, ou pessoalmente ou via Correspondente, cabendo ao solicitante o acompanhamento e confirmação do recebimento e seu devido protocolo;

13.2.3 – A Administração analisará os pedidos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados do protocolo da documentação citada na cláusula 13.2, podendo ser prorrogado dependendo da complexidade do objeto;

13.2.3.1 – Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.2.4 – O Contratante, nos casos de revisão de preços, deverá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar;

13.2.5 – Na hipótese de revisão de preços a favor da Autarquia, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do Contrato.

13.2.6 - Caberá considerar alíquota do imposto municipal sobre serviço (ISS), no percentual de 3%

13.2.7 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

13.2.8. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.3. NEGOCIAÇÃO DE VALORES PACTUADOS

13.3.1. Na hipótese de o preço pactuado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item pactuado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.3.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.3.5. Na hipótese de redução do preço pactuado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço pactuado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço pactuado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.3.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço pactuado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.3.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize preço pactuado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

13.3.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 10.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço pactuado, conforme previsto no item 13.3. e no item 13.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O contrato regula-se pelas suas próprias cláusulas e condições, rege-se pela Lei Federal n.º 14.133/2021, vincular-se-á ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026-RETIFICADO e sujeita-se às normas de Direito Público.

14.2. O SAME/FM poderá, unilateralmente, desde que por motivo de interesse público relevante ou conveniência administrativa, sempre devidamente justificado, rescindir o presente contrato, mediante comunicação com prazo de 10 (dez) dias, sem que tal fato gere qualquer direito à Contratada, ressalvadas as hipóteses contempladas por Lei.

14.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, conforme determina o art. 92, XVI da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1 O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21, conforme a seguir:

15.1.1. seguro-garantia

15.2. A forma de prestação da garantia será escolhida pela CONTRATADA, devendo ser mantida durante toda a vigência do contrato, inclusive nas prorrogações, com comprovação junto à Administração.

15.3. A garantia prestada poderá ser utilizada pela Administração para:

a) Cobrir prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;

b) Ressarcir multas e indenizações devidas pela CONTRATADA;

c) Garantir o pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais vinculados à execução do contrato, caso não cumpridos pela CONTRATADA.

15.4. A liberação ou devolução da garantia ocorrerá somente após a execução integral do contrato, atestada pela fiscalização, e desde que não haja pendências de quaisquer naturezas relacionadas à execução contratual.

15.5. Nos casos de alteração contratual que impliquem aumento do valor contratado, a CONTRATADA deverá complementar a garantia proporcionalmente, no prazo estabelecido pela Administração

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Para todos os efeitos legais, visando à exata caracterização do objeto contratual, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades da contratada, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 - Retificado, com todos os seus Anexos;

b) Proposta da contratada;

16.1.1. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

16.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 da Lei 14.133/21, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços;

16.3. Para conhecer e julgar quaisquer questões oriundas deste contrato será competente o Foro da Comarca de Francisco Morato, ainda que exista outro mais privilegiado.

16.4. E por estarem assim devidamente contratadas, as testemunhas.

Francisco Morato, 08 de maio de 2026.

THIAGO CAMPOS AMADO
Superintendente do SAME/FM

ALISSON EDUARDO MARASSI:[redacted]
Assinado de forma digital por ALISSON EDUARDO [redacted] Dados: 2026.05.11 12:03:30 -03'00'

ALISSON EDUARDO MARASSI
CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA

PREFEITURA DE
FRANCISCO MORATO
A Cidade que Trabalha, Acolhe e Cresce

SAME
Serviço de Assistência Médica
de Francisco Morato

THIAGO NASCIMENTO
Assinado de forma digital por THIAGO NASCIMENTO:27140411832
[redacted]

THIAGO NASCIMENTO
CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA

TESTEMUNHAS

NOME: Mara C Dal Lasso Lourenço

CPF: [redacted]

NOME: Elisama Morais Lima

CPF: [redacted]

ANEXO VI
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO

CONTRATADO: CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA

CONTRATO Nº 40/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de exames de análises clínicas, histológicas, citológicas e de anatomia patológica, de baixa, média e alta complexidade, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato - SAME/FM, conforme especificações do Termo de Referência e Apenso I, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: SIMONE ALVES LEAL – OAB/SP 478.417

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – Cad TCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre

atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Francisco Morato, 08 de maio de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
[redacted]

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
[redacted]
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
[redacted]
Assinatura: _____

Pela Contratada:
Nome: ALISSON EDUARDO MARASSI
Cargo: SUPERINTENDENTE
[redacted]
Assinatura: _____ ALISSON EDUARDO MARA[redacted] Assinado de forma digital por ALISSON EDUARDO [redacted] Dados: 2026.05.11 12:04:17 -03'00'

Pela Contratada:
Nome: THIAGO NASCIMENTO
Cargo: GERENTE DE OPERAÇÕES
CPF: [redacted]
Assinatura: _____ THIAGO NASCIMENTO: [redacted] Assinado de forma digital por THIAGO NASCIMENTO:27140411832 [redacted] 12:04:38 -03'00'

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
[redacted]
Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:
Nome: RENATA SOARES RIBEIRO VIUDES DOS SANTOS
Cargo: COORDENADORA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA
CPF: [redacted]
Assinatura: _____

gov.br Documento assinado digitalmente
RENATA SOARES RIBEIRO VIUDES DOS SANTOS
Data: 11/05/2026 16:13:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FISCAL DO CONTRATO:
Nome: GEISA LOPES CUEVAS
Cargo: COORDENADORA E RESPONSÁVEL PELA ATENÇÃO BÁSICA
CPF: [redacted]
Assinatura: _____

gov.br Documento assinado digitalmente
GEISA LOPES CUEVAS
Data: 11/05/2026 16:23:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br